

EDITORIAL

Este número foi organizado versando sobre temas importantes relacionados à problemática de gênero com aprofundadas reflexões acadêmicas, mostrando a de âmbitos em que se inserem tais estudos. Através dos textos resultantes de pesquisas das autoras e dos autores que têm se dedicado ao estudo dos temas selecionados, no âmbito das políticas educacionais e no cotidiano das escolas, desejamos contribuir para reflexões críticas acerca de Direitos Humanos, Gênero e Diversidade Sexual na Educação, tão atacados na atualidade por grupos conservadores.

Estes temas caros para os(as) defensores(as) dos direitos humanos e movimentos sociais, foram incorporados nas políticas públicas contemporâneas tanto pelas reivindicações de tais movimentos quanto pelo fato de o Brasil ser signatário de todos os documentos e tratados de Direitos Humanos internacionais. Mesmo após a inserção destes temas no currículo nacional, ainda não estão sendo plenamente trabalhados nas escolas, o que leva, dentre outros fatores que influenciam, à continuidade do grave problema social que ainda hoje constatamos nas sociedades contemporâneas, a violência contra as mulheres, que sobrevive nas sociedades democráticas nas quais os direitos humanos são pressupostos e apesar de a violência contra a mulher ser considerada crime. Acrescente-se também que a violência contra pessoas LGBTI+ também têm grande incidência no Brasil, conforme mostram as pesquisas. Ressaltamos que a violência é um atentado aos direitos humanos das mulheres e das pessoas LGBTI+.

Considerando que a educação tem um papel essencial para a desconstrução de preconceitos e do sexismo, também responsáveis pela violência de gênero, pretendemos discutir e analisar as pesquisas atuais sobre o tema visando contribuir tanto para outras pesquisas quanto para o desenvolvimento de um trabalho voltado para a igualdade de gênero nas escolas pois, de forma geral, ainda é um tema que não está contemplado na prática pedagógica dos/as educadores/as bem como de forma transversal no Projeto Político Pedagógico da maioria das escolas. Como mencionado, a relevância dos temas também é constatada por vivenciarmos acontecimentos recentes, do movimento *Escola sem partido* e daqueles que apregoam que os estudos de gênero e o trabalho na perspectiva da igualdade de gênero na escola, quer impor uma “Ideologia de Gênero”. Neste processo, durante a avaliação dos Planos de Educação, desde o nacional até os municipais, estes grupos tiveram ação coordenada fazendo com que o tema fosse retirado dos Planos de Educação. Constata-se, além do mais, que há falta de cursos de formação continuada que abordem a educação para a igualdade de gênero, considerando as diversidades, o que provavelmente não ocorrerá na atualidade.

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2019.v20esp.01.p5>

Nesta perspectiva, o primeiro texto denominado *Direitos humanos, mulheres e gênero nas escolas: uma questão de política pública*, de autoria de Ana Maria Klein, Julio Cesar Torres e Monica Abrantes Galindo, apresenta o reconhecimento internacional dos direitos das mulheres após a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, relembando os séculos de exclusão e violências silenciados e reproduzidos socialmente contra as mulheres. Neste percurso histórico lembrado evidenciam que a educação voltada para as relações de gênero deve ser um tema nacional e objeto de uma política de Estado.

No segundo texto, *Mulher e “famílias” na dinâmica institucional: divórcio no Brasil e sociedade escravagista do bolsão Sul-Mato-Grossense do Século XIX*, de Alexandre de Castro, explicita que através de pesquisa histórica foi possível compreender parte da dinâmica social estabelecida entre proprietários e escravos/forros, bem como do cotidiano das relações sociais, familiares e de gênero vividas pelos sujeitos no início da ocupação da região leste de Mato Grosso do Sul. O estudo desvelou o papel social da mulher no tratamento de seu patrimônio e na família, dissonantes da formulação do modelo familiar patriarcal descrito por Gilberto Freyre.

No texto *Diversidades de gêneros e sexualidades na escola: breves considerações sobre os processos de exclusão no cotidiano escolar e político brasileiro*, Leonardo Lemos de Souza, Eduardo Benedito Colis e José Augusto Geronimo Ferreira problematizam o contexto educacional e político em relação à diversidade sexual e de gêneros na escolas na atualidade, apresentando vinculações que contribuem para a manutenção de homofobias, através de processos de exclusões, vitimizações, silenciamentos e isolamentos nas relações escolares. Os autores buscam contribuir com formas de enfrentamento dessa realidade tanto no cotidiano escolar quanto fora da escola.

As autoras Marta Regina Paulo da Silva, Magali da Fonseca e Reny Scifoni Schifino, apresentam uma experiência de formação de docentes sobre questões de gênero, visando o enfrentamento da violência doméstica e do feminídio e que teve resultados importantes constatados tanto na comunidade quanto na escola. As autoras afirmam no texto *Formação docente e o enfrentamento da violência doméstica: o Programa “Quem ama abraça” na Rede Municipal de Santo André/SP* os resultados positivos do Programa e a urgência de se criar espaços de reflexão nas escolas na perspectiva da igualdade de gênero, como forma de enfrentamento dessa violência.

Claudia Cristina Ferreira Carvalho, no quinto texto intitulado *Vulnerabilidades interseccionais- gênero, classe, raça etnicidade: para além delas é possível educar em direitos humanos?* mostra que o colonialismo, o capitalismo e o patriarcado produzem lógicas de opressão que levam a exclusões radicais geradoras de desigualdades e que estão presentes tanto no Direito quanto no conhecimento da modernidade ocidental. A autora ressalta que através de uma crítica pós-colonial e feminista, para além delas, é possível uma educação emancipatória voltada aos Direitos Humanos.

No sexto texto denominado *Direito à Educação Cidadã: reflexões sobre o Programa Escola Sem Partido* de autoria de Antônio Rodrigues Neto, Washington Cesar Shoití Nozu e de Ana Cláudia dos Santos Rocha, a discussão empreendida versa sobre a proposta do Programa Escola Sem Partido, apontando que os objetivos desta proposta, elaborada e proposta por grupos conservadores na atualidade, são contrários ao ideal de educação para a cidadania ampla, participativa, pressupostos da democracia ampla e da educação em direitos humanos, garantidos constitucionalmente.

No sétimo texto, intitulado *As Mulheres e o Direito à Cidade: gênero e espaço público na cidade contemporânea*, de autoria de Ana Paula Cabral Sader, Jamilly Nicácio Nicolet e Márcio Fernando Gomes, há a reflexão sobre a necessidade de garantia do direito ao espaço público para as mulheres, demonstrando que a categoria gênero está presente em todos os âmbitos da sociedade, carecendo de políticas públicas para que as mulheres possam vivenciar plenamente seu direito de ir e vir.

No oitavo texto Luci Mendes de Melo Bonini, Renan Antônio da Silva e Marilene Ferreira de Lima Oliveira estudam-se as percepções de estudantes universitários a respeito da diversidade de gênero e as diferentes reações dos colegas mediante situações de preconceito. Eles concluem que o problema da homofobia no campus é ainda pequeno, mas algumas precauções podem ser tomadas, como a sensibilização em salas de aula, nos currículos ou mesmo em programas mais abrangentes.

Encerrando as reflexões críticas propostas neste dossiê, no texto *Análises da Historiografia e dos Documentos Internacionais da Organização das Nações Unidas sobre as mulheres, voltados para os Direitos Humanos*, de Rosana Maria Pires Barbato Schwartz e João Clemente de Souza Neto, é apresentado o processo histórico de elaboração dos documentos internacionais de direitos humanos que versam sobre os direitos específicos das mulheres.

Diante das importantes reflexões críticas apresentadas pelas autoras e autores que têm se dedicado ao estudo dos temas propostos, esperamos contribuir para o debate e estudos que versam sobre a temática aqui apresentada que diz respeito aos *Direitos humanos, gênero e diversidade sexual na educação*, lembrando que se estes temas estão garantidos na Constituição da República Federativa do Brasil e na legislação complementar bem como nas políticas públicas incluindo as educacionais, o estão pela ação dos movimentos sociais, incluindo o feminista e LGBTQI+ bem como pelos grupos defensores dos direitos humanos para todas as pessoas, além de o Brasil ser signatário de todos os documentos internacionais que garantem os direitos destes setores sociais.

Boa leitura !

Tânia Suely Antonelli Marcelino Brabo
Organizadora

